

## **O SISTEMA DE CICLOS NA REDE MUNICIPAL DE GOIÂNIA - GOIÁS - BRASIL, NA VISÃO DE PROFESSORES DE CIÊNCIAS NO CICLO II**

**AZEVEDO SOUSA DE SÁ, G. (1) y ECHEVERRÍA, A. (2)**

(1) Mestrado em Educação em Ciências e Matemática. Universidade Federal de Goiás - BRASIL

[gislene.azevedo@terra.com.br](mailto:gislene.azevedo@terra.com.br)

(2) Universidade Federal de Goiás-Brasil. [gislene.azevedo@terra.com.br](mailto:gislene.azevedo@terra.com.br)

---

### Resumen

Este trabalho teve como interesse interpretar a visão de professores de ciências sobre a proposta de organização escolar denominada **ciclos** na Rede Municipal de Ensino da cidade de Goiânia – Goiás - BRASIL. A política de ciclos não foi acompanhada de medidas que promovessem melhores condições de trabalho do professor e sua preparação ocorreu de forma fragmentada, o que não contribuiu para uma reflexão continuada dos aspectos políticos pedagógicos da proposta. Os professores apontam como aspecto frágil da proposta de ciclos, a progressão do aluno por idade, fator que promove alunos com defasagem de aprendizagem e que pode proporcionar ao aluno uma “inclusão excludente” no sistema de ensino. Este estudo aponta a necessidade de ampliar o estudo e a reflexão sobre a esta forma de organização escolar de forma sistematizada.

---

Nas décadas de 80 e 90 algumas administrações públicas brasileiras promoveram mudanças significativas no Ensino Fundamental de estados e municípios, alterando a organização escolar e dando início a diferentes propostas denominadas de **ciclos**.

O respaldo a essas inovações veio mais tarde, por meio da nova Lei de Diretrizes e Bases da educação nº. 9394/96 que no artigo 23 faculta aos sistemas de ensino desdobrar a educação básica:

(...) “em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar”. (LDB,1996)

Com a força da lei as experiências de ciclos se multiplicaram pelo País e de modo não uniforme, pois diferentes conotações e conceitos dessa organização foram desenvolvidos. Nesse processo foram marcantes as influências exercidas por grupos internos e externos e organismos políticos e econômicos nacionais e internacionais com atuação no setor educacional.

Nesse sentido se destacam as orientações definidas para a agenda educacional na Conferência Mundial sobre Educação para Todos ocorrida em Jomtien na Tailândia em 1990 e que teve como consequência o consentimento, adesão e compromisso dos países que dela participaram em programar ações e reformas em seus sistemas de ensino que atendessem a Declaração Mundial sobre Educação para Todos.

As reformas educacionais ocorridas no Brasil na década de 1990 pautaram-se em agenda internacional, porém a sua concretização corresponde a história e trajetória específicas, não se configurando em simples reflexo das orientações e políticas de organismos internacionais (OLIVEIRA, 2007).

Diante do panorama de diversidade de experiências de ciclos no Brasil é notório que os princípios que o fundamentam, têm efeito importante em relação ao objetivo de efetivar o direito à educação e à democratização do ensino. De acordo com Barreto e Mitrulis (2001) os princípios que fundamentam os ciclos são de ordem política, cultural, pedagógica e psicológica. O primeiro visa favorecer um processo educativo mais propício à democratização do ensino. A dimensão cultural prevê a valorização, produção, divulgação e fruição da cultura no espaço escolar. Na dimensão Pedagógica a organização curricular antes, centrada nos conteúdos passa a ser centrada no aluno, enquanto ser social em formação e com ênfase no desenvolvimento pleno do educando. A dimensão cognitiva une-se à social e à atitudinal, permitindo que a história de vida e os percursos particulares de cada aluno sejam levados em conta no trato pedagógico. A dimensão psicológica enfatiza as etapas de desenvolvimento bio-psicossocial do aluno, ampliando o tempo de aprendizagem e de adequação aos tempos da vida e às características dos alunos, considerando a infância (6 a 8 anos); pré-adolescência (9 a 11 anos); adolescência( 12 a 14 anos).

Os ciclos representam uma tentativa de resposta a superar os altos índices de reprovação e evasão presentes no Ensino Fundamental. Eles propõem períodos de escolarização com duração de dois, três ou quatro anos, onde a ordenação do tempo pressupõe uma estrutura mais flexível e diversificada de modo a permitir atender e respeitar as diferentes identidades e condições socioculturais dos alunos. A avaliação tem seu processo alterado, dando origem à política de não retenção, que visa possibilitar aos alunos de escola pública uma sobrevivência escolar mais prolongada, baseada em concepção que defende a educação como direito de todos os cidadãos.

Analizando a história do ciclo no País observa-se que seus pressupostos são assumidos pelo discurso oficial e pelo discurso pedagógico de educadores brasileiros, porém com intencionalidades diferentes. De

um lado pretendia-se melhorar os índices de acesso, permanência e progressão do aluno na escola e reduzir os custos com a educação e principalmente com a reprovação escolar. Do outro, criar condições que possibilassem maior aprendizagem aos alunos respeitando a sua fase de desenvolvimento e ritmo de aprendizagem, garantindo o acesso, a permanência e a progressão. Dessa forma a proposta foi assumida por governos de diferentes partidos políticos, dando à proposta a conotação que atendesse aos seus interesses.

A organização da escola em ciclos analisada nesta investigação e que corresponde à Rede Municipal de Goiânia –Goiás - Brasil teve início em 1998. A adoção dessa proposta foi e continua sendo após dez anos, causadora de uma grande tensão entre os professores, uma vez que eles estão acostumados à tradição seriada na organização dos tempos e espaços escolares, tradição esta que marcou todo o processo de escolarização e formação desses professores. Por isso, trabalhar com a proposta de ciclos configura-se como um processo de desconstrução de hábitos, de rotinas, de concepções e consequentemente de construção de novas formas de lidar com o processo de ensino.

O professor de ciências que atua no Ensino Fundamental está inserido nessa realidade, com o desafio de ensinar ciências dentro dessa nova forma de organização do ensino. Nesse contexto situa-se o questionamento desta investigação: qual a visão do professor de ciências do ciclo II sobre o ciclo após dez anos de sua implantação na Rede Municipal de Educação de Goiânia?

A visão do professor de ciências do ciclo II sobre o ciclo foi o objeto de investigação neste trabalho, procurando explicitar a diversidade de concepções que estão presentes em suas falas.

Utilizamos neste estudo a combinação das técnicas de entrevista semi-estruturada, e de análise de documentos. As entrevistas foram semi-estruturadas de modo a permitir liberdade a cada professor entrevistado de poder expressar suas idéias.

Na análise dos relatos dos professores foram identificadas as seguintes categorias: o papel do ensino das ciências; a formação recebida pelos professores sobre os ciclos; a interdisciplinaridade na abordagem dos conteúdos; o planejamento pedagógico nos ciclos; a seleção dos conteúdos; a avaliação da aprendizagem; as condições de trabalho do professor; a progressão do aluno e a mudança na visão sobre os ciclos.

Corroborando Gomes (2005), observamos que a proposta de ciclos não veio acompanhada de medidas envolvendo melhores condições de trabalho do professor e que sua formação ocorreu de forma fragmentada, o que não contribuiu para uma reflexão continuada dos princípios da proposta.

No que se refere à interdisciplinaridade verificamos que a compreensão é de um nível de colaboração multidisciplinar, distanciado de intercâmbios e enriquecimentos mútuos (SANTOMÉ, 1998).

A avaliação da aprendizagem dos alunos foi um dos aspectos que sofreu grande mudança na sua configuração teórica, contudo os dados desta pesquisa mostram que a prática avaliativa não avançou com a proposta dos ciclos. Um aspecto frágil da proposta apontado pelos professores é a progressão do aluno por idade, promovendo alunos com defasagem de aprendizagem no Ensino Fundamental.

## Conclusões

Os ciclos representam uma forma de organização escolar que pode ser mais apropriada à realidade brasileira. Porém ela só poderá se efetivar com o estabelecimento de políticas efetivas de financiamento da educação pública, capazes de proporcionar melhores condições de trabalho e de formação aos professores, com a regulamentação da profissão docente por meio de planos de carreira adequados, entre outras ações que poderão redundar em maior aprendizagem aos alunos.

## Referências bibliográficas:

BRASIL. Congresso Nacional. *Lei nº 9394/96* de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Brasília, 1996.

BARRETO, E. S.de S., MITRULIS, E. Trajetória e desafios dos ciclos escolares no País. *Estudos Avançados*, São Paulo, 2001.

GOMES, C. A., Desseriação Escolar: alternativa para o sucesso? *Ensaio: Avaliação Políticas Públicas Educacionais*, Rio de Janeiro, 2005.

SANTOMÉ, J. T. *Globalização e Interdisciplinaridade*: o currículo integrado. Trad. Cláudia Schilling. Porto Alegre: Artmed, 1988.

OLIVEIRA, R. P. Da Universalização do Ensino Fundamental ao desafio da qualidade: uma análise histórica. *Educação e Sociedade*, Campinas, 2007.

## CITACIÓN

AZEVEDO, G. y ECHEVERRÍA, A. (2009). Osistema de ciclos na rede municipal de goiânia - goiás - brasil, na visão de professores de ciências no ciclo ii. *Enseñanza de las Ciencias*, Número Extra VIII Congreso Internacional sobre Investigación en Didáctica de las Ciencias, Barcelona, pp. 3265-3269  
<http://ensciencias.uab.es/congreso09/numeroextra/art-3265-3269.pdf>